



Intervenção do Ministro da Educação, Ciência e Inovação,

Fernando Alexandre

Debate sobre Política Setorial na Assembleia da República

Lisboa, 25 de Outubro de 2024

Sr. Presidente da Assembleia da República,

Sras. e Srs. Deputados

As políticas de Educação devem ser orientadas por dados, por estudos e por avaliações de impacto. É assim que neste Governo se trabalha. E esta forma de trabalhar não corresponde a uma mera opção metodológica. Corresponde a uma convicção política. Acreditamos que a Educação é o motor do desenvolvimento humano, social e económico de Portugal. Acreditamos que se falharmos nas Escolas, falharemos enquanto País. Acreditamos, no fundo, que a Educação é demasiado importante para ficar refém de opiniões ziguezagueantes e palpites desinformados.

Por nos orientarmos por dados, por estudos e por avaliações de impacto, temos o especial dever de prestar contas sobre as opções que



seguimos. Se fixamos metas e objetivos, temos a responsabilidade de os monitorizar e de submeter os resultados à Assembleia da República e aos portugueses. É isso que farei nesta intervenção inicial.

Começo pelo arranque do ano letivo. Como sabem, fixámos como prioridade reduzir o número de alunos sem aulas. Não podemos conviver, 50 anos após o 25 de Abril, com milhares de crianças e jovens sem aulas. E, por isso, desenhámos e implementámos um total de 17 medidas, entre o plano Mais Aulas Mais Sucesso, o concurso externo extraordinário e o apoio à deslocação como incentivo para atrair professores para as escolas onde os alunos ficaram sem aulas durante períodos prolongados.

Quase um mês e meio após o arranque das aulas, vimos prestar contas.

No início do ano letivo estavam por preencher 4.065 horários. Há agora 720 horários por preencher. Isto implica que há 54.060 alunos que, desde o início do ano letivo, estiveram sem aulas a uma disciplina num determinado momento. E destes, há 23.357 que estão sem aulas a uma disciplina desde o início do ano letivo.

Devemos também registar que 567 professores decidiram regressar este ano letivo para dar aulas. Estes professores tinham abandonado a profissão, tinham seguido outros percursos profissionais e, agora, responderam positivamente ao apelo que a sociedade portuguesa lhes lançou de acabarmos com as situações de alunos sem aulas. E não



foram apenas esses professores a responder ao apelo. Neste ano letivo, temos mais 3438 novos professores no sistema educativo.

Uma das medidas que mais ajudou os diretores a reduzir situações de alunos sem aulas foi o alargamento das horas extraordinárias. O número de horas extraordinárias é de mais 1.016 horas em relação ao período homólogo. Sabemos bem o esforço que isto representa para os professores que esticam os seus horários, e reconhecemos a importância dessa disponibilidade: graças a esse esforço dos professores, há mais 7.431 alunos com aulas.

Temos ainda um longo caminho a percorrer. Mas estes resultados mostram-nos que o caminho que escolhemos se está a mostrar eficaz e que milhares de alunos já beneficiaram disso. Foi um trabalho do Ministério, dos Diretores, dos Professores, do pessoal não docente e das autarquias – todos nos unimos para responder a este difícil desafio e, portanto, todos somos parte da solução.

Senhoras e Senhores Deputados,

Falei-vos de efeitos de medidas de curto prazo, mas permitam-me também apontar para soluções estruturais em que temos vindo a trabalhar. Lançámos o concurso externo extraordinário, onde abrimos vagas apenas nas escolas onde há alunos sem aulas por períodos



prolongados. E fizemo-lo em conjunto com um apoio à deslocação dos professores, para que esse apoio servisse de incentivo à mobilidade de professores de várias zonas do país para as áreas geográficas com maior carência. Estas duas medidas fazem parte de uma mesma política: vincular professores onde eles fazem falta, criando incentivos eficazes.

Mais uma vez, os dados são encorajadores. Concorreram 5675 docentes ao concurso externo extraordinário para 2309 vagas nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. Ou seja, o número de candidatos mais do que duplicou o número de vagas. Simultaneamente, já pediram o apoio à deslocação 2.234 docentes, dos quais quase metade está deslocada a mais de 300 quilómetros de casa e vai receber o valor mais elevado do apoio, 450 euros mensais.

Não temos ilusões. Estamos há 6 meses a trabalhar, sabendo que há desafios cuja solução foi adiada durante anos e que requerem tempo. Mais ainda, sabemos que para termos mais Professores nas escolas públicas, não basta criar incentivos à deslocação ou rever condições de trabalho. É preciso ir à raiz da profissão docente, valorizá-la e devolver-lhe a importância que nunca deveria ter perdido.

É esse o nosso compromisso. Negociámos com sucesso a Reposição Integral do Tempo de Serviço dos professores, que já está a ser pago a mais de 12 mil docentes. E já demos o passo seguinte. Esta semana,



iniciámos o processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente, de modo a criarmos uma carreira mais previsível, mais justa e mais digna da importância do professor na sociedade. Queremos discutir a estrutura da carreira, os índices remuneratórios, a avaliação de desempenho docente, as condições de trabalho. Até ao final de 2025, teremos uma proposta negociada com os sindicatos, discutida com peritos e cruzada com as melhores práticas internacionais.

Salientei o nosso compromisso de trabalhar com dados, com estudos e com avaliações de impacto. Isto é válido também para a Aprendizagem e para a revisão que iniciámos dos programas de todas as disciplinas. Essa revisão partirá de uma avaliação externa, após concurso público internacional, e da análise da própria Direção-Geral da Educação ao atual currículo. O processo correrá ao longo deste ano letivo e esperamos que possa já ter efeitos no próximo.

Não acreditamos na rotina das últimas décadas, em que um novo Governo trazia sistematicamente um novo currículo. Não é o que pretendemos fazer. As escolas precisam de estabilidade e de foco na aprendizagem, não precisam de disrupção. Mas acreditamos que há espaço no currículo para melhorias, porque o currículo tem, por definição, de ser revisto periodicamente, melhorado e atualizado.

É precisamente essa revisão e atualização que faremos, em todas as disciplinas. Repito: em todas as disciplinas. E, em especial, nas disciplinas que geram mais dúvidas e menos consenso. É o caso da



disciplina Cidadania e Desenvolvimento, à volta da qual, nos últimos anos, surgiram discussões em torno dos conteúdos curriculares, os referenciais e os guiões produzidos por organismos da sociedade civil e partilhados no site do Ministério. Vamos olhar para esse debate, vamos esperar pelas avaliações, vamos ouvir a sociedade civil. E vamos, sobretudo, manter em vista o que importa: a Escola deve ser um espaço de promoção dos valores constitucionais em que acreditamos, em promoção de uma sociedade livre, plural e cosmopolita.

Senhoras e Senhores Deputados,

Esta forma de trabalhar aplica-se a todas as dimensões do Ministério da Educação, Ciência e Inovação. Na Ciência, temos um novo Estatuto de Carreira do Investigador Científico (ECIC), muito negociado com representantes dos investigadores, das instituições de Ensino Superior e dos centros de investigação e com os sindicatos. E ouvimos todos os grupos parlamentares.

No Ensino Superior, estamos a construir uma proposta para o novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, que devia ter sido revisto pelo Governo anterior. E, ainda recentemente, aprovámos o Conselho Nacional para a Inovação Pedagógica no Ensino Superior (CNIPES), porque acreditamos que as boas práticas no Ensino Superior, centradas no bem-estar dos alunos, merecem um espaço de



discussão, promoção e difusão. Com base num estudo que já está em curso, vamos rever a ação social no Ensino Superior, para garantir mais equidade no acesso e mais sucesso académico.

Termino retomando a minha ideia inicial. Estamos a olhar de frente para vários desafios da Educação, mas estamos a fazê-lo de forma sistematizada, a partir de diagnósticos e de planeamento de médio e de longo prazo. Seja na Educação Pré-Escolar, seja na Avaliação Externa, seja na descentralização e na definição das competências do Ministério.

Eis o nosso compromisso: diagnosticar desafios e problemas, estudar soluções, escolher um caminho e dar a cara pelos resultados. Só assim conseguiremos dar os passos em frente que os nossos alunos nos exigem a todos nós nesta Câmara: garantir uma Educação de qualidade, com futuro e para todos, sem deixar ninguém ficar para trás.

Obrigado.